

NIGER SUM:
**GUERREIRO RAMOS, O “PROBLEMA” DO NEGRO E
A SOCIOLOGIA DO PRECONCEITO**

Edison BARIANI¹

“A liberdade é a cor da noite”
Jean Paul Sartre (1960, p.126).

■ **RESUMO:** Os estudos de Guerreiro Ramos sobre condição do negro no Brasil repõem a questão em novas bases, identificando seu núcleo no reflexo da patologia social do “branco” brasileiro e na própria atitude dos estudiosos que transformariam o negro-vida em ‘tema’. Ramos propõe então a assunção da negritude e a integração social por meio do adestramento cultural, ao que se contrapõe Costa Pinto, ao afirmar a preponderância do negro proletário. Entretanto, ambos pensadores foram relegados pelo racismo do discurso dominante na atualidade.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Guerreiro Ramos. Costa Pinto. Sociologia. Negro. Preconceito.

O preconceito contra o negro no Brasil tem como fulcro a questão de cor, raça ou posição social? A questão deve ser abordada por um instrumental teórico que privilegie o conceito de ‘raça’, etnia ou de classe social? Qual categoria proporciona maior compreensão?²

Num momento no qual afloram no Brasil as discussões a respeito de políticas afirmativas, políticas públicas socialmente fo-

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901. edsnb@ig.com.br

² Não ignoramos a validade de outras abordagens, das combinações daquelas e mesmo da competência (específica ou não) de mais de uma forma (combinadas ou não) de enfrentar a questão, também não pretendemos aqui criar uma tipologia; tal modo de introduzir o problema deve-se à recorrência das abordagens mencionadas e à notória competição explicativa entre elas.

calizadas e, no âmbito universitário, a questão das “cotas” para contingentes sociais desfavorecidos, é mister recuperar a abordagem de Guerreiro Ramos (e o contraponto de Costa Pinto) a respeito, na qual mais que entender a condição do negro, procurou problematizar a atitude do “branco”, mormente dos sociólogos e antropólogos escudados em sua insuspeita “objetividade científica”.

Ao abordar a questão do negro no Brasil, Guerreiro Ramos não pôs de lado a crítica da metodologia, da importação equivocada de conceitos e da transplantação de idéias, conduziu suas investigações sem desvencilhar o tema das formas de tratamento dadas pela ciência social da época e sem seccionar o “objeto” das abordagens feitas pelos sociólogos, já que, no seu entender, eram faces do mesmo problema, em certa medida, formas que convergiam e/ou processos que se reforçavam.

Em “O problema do negro na sociologia brasileira”,³ afirma o autor que o negro teria sido estudado no Brasil “[...] a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade européia. E assim, do ponto de vista da atitude ou da ótica, os autores nacionais não se distinguem dos estrangeiros, no campo em apreço.” (RAMOS, 1979, p.39).

Haveria uma inadequação no uso de conceitos como “raça”, “aculturação” e “mudança social”, pois, suporiam um “quietismo” da sociedade brasileira, uma visão estática – logo conservadora – que desconsideraria as conseqüentes atualizações. O olhar dos antropólogos/sociólogos brasileiros estaria eivado de um estranhamento que reporia o objeto como algo exótico, à maneira dos estrangeiros verem o país e o tema.

Eis que o histórico das visões sobre o negro no Brasil teria – segundo Guerreiro Ramos – três correntes fundamentais:

1) a *corrente autonomista* do pensamento sociológico no Brasil, cujos estudos sobre o negro teriam sido inaugurados por Silvio Romero e continuados por Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna, e que, “[...] mesmo errando ao focalizar o tema (“raça”), soube vencer a tentação de tratar o negro no Brasil como um elemento exótico e petrificado [...]” (RAMOS, 1979, p.51);

2) a *corrente monográfica*, fundada por Nina Rodrigues e continuada por Arthur Ramos, Gilberto Freyre e os imitadores deste, ao contrário da primeira corrente, abordaria a questão de um pon-

³ Publicado inicialmente nos *Cadernos de Nosso Tempo* n.2 (jan./jun. 1954). As citações aqui feitas referem-se ao texto dos *Cadernos*, republicado na coletânea elaborada por Schwartzman (1979).

to de vista estático, interessando-se pelo negro como “assunto”, pelo seu passado e a sobrevivência desse passado no presente;⁴

3) uma terceira corrente, a mais antiga, que se configuraria predominantemente sob a forma de comportamentos mais do que de escritos⁵, caracterizando-se “[...] pelo propósito antes de transformar a condição humana do negro na sociedade brasileira do que descrever ou interpretar os aspectos pitorescos e particularíssimos da situação da gente de cor [...]” (RAMOS, 1979, p.42).

[...] marcos desta evolução foram os trabalhos do africano Chico Rei que, em Minas Gerais, no princípio do século XVIII, organizou um movimento para alforriar negros escravos; as *confrarias*, os *fundos de emancipação*, as *caixas de empréstimo*, irmandades e juntas, instituições que recolhiam contribuições de homens de cor destinadas à compra de *cartas de alforria*; as insurreições de negros muçulmanos no Estado da Bahia; os chamados *quilombos* [...] o movimento abolicionista em que sobressaíram Luiz da Gama e José do Patrocínio, intelectuais negros, e outras iniciativas e associações como o Clube do Cupim em Recife, as Frentes Negras de São Paulo e da Bahia. (RAMOS, 1979, p.65, grifo do autor).

Os teóricos mais próximos dessa posição seriam dois intelectuais brasileiros (brancos): Joaquim Nabuco e Álvaro Bomilcar.⁶

Na delimitação das correntes, é evidente a valorização positiva – por parte do autor – das interpretações que supõem con-

⁴ Nessa corrente, que contaria com os escritores estrangeiros (Debret, Rugendas, Maria Graham, Koster, Kidder), inclui também, mesmo considerando as diferenças de método e técnica científicos, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Donald Pierson, Charles Wagley e Thales de Azevedo: “Todos o vêem [o negro] como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil, ainda que alguns protestem o contrário.” (RAMOS, 1979, p.56). Tal posição de Guerreiro Ramos desafia as interpretações que vêm uma ruptura crítica no trato da “questão racial” entre as análises dos “explicadores” do Brasil (cujo modelo é Gilberto Freyre) e a “sociologia científica” da segunda metade do século XX, principalmente a produzida na USP. Ver Mota (1980), Costa (1999) e Arruda (1995).

⁵ Neste sentido – de considerar como pensamento social ou político elaborações antes exercidas que formuladas teoricamente, ao nível da *práxis* e não somente do *logos* – Guerreiro Ramos é precursor de trabalhos como o de Faoro (1994).

⁶ Nabuco é lembrado principalmente por *O abolicionismo* (escrito em 1883) e sua formulação a respeito do “mandato da raça negra”, já Bomilcar pela organização de um movimento social e político que pretendia liquidar a discriminação contra o negro, e por sua obra *O preconceito de raça no Brasil* (1916), na qual defende a criação de uma sociologia brasileira para esclarecer cientificamente a questão. Álvaro Bomilcar (1874-1957) – cearense, formado em direito, militar e funcionário público, católico militante e próximo ao integralismo – foi um dos principais animadores da revista *Brazileia* (1917-1918 e 1931-1933); influenciado por Tobias Barreto, Silvio Romero, Farias Brito, Alberto Torres e Manoel Bomfim, professou certo nacionalismo – sobretudo antiportuguês, mas que chegou a resvalar pelo anti-semitismo – e promoveu uma severa crítica das elites brasileiras. Escreveu ainda *A política no Brasil ou o nacionalismo radical* (1920) e *A conquista no conceito moderno* (1926). Sobre isso, ver Oliveira, A. (2002).

siderar a especificidade da sociedade brasileira e o uso de um instrumental teórico adequado e, maior ainda, das que atribuem ao negro um papel ativo no processo de libertação, elevando-o à condição de sujeito social e político.⁷

No transcorrer da análise também aflora uma característica de Guerreiro Ramos: sua crítica ácida e mordaz, que não poupava os adversários de ironias e de um humor cortante. Destilou seu veneno contra Luiz Costa Pinto, Florestan Fernandes, Álvaro Vieira Pinto, Arthur Ramos etc.; tratando da questão do negro, fez uma de suas vítimas: Nina Rodrigues.

Nina Rodrigues é, no plano da ciência social, uma nulidade [...] Não há exemplo no seu tempo, de tanta basbaquice e ingenuidade. Sua apologia do branco nem maliciosa é [...] É sincera, o que o torna ainda mais insignificante se se pretende considerá-lo sociólogo ou antropólogo. Há notícia de que ele foi um homem bom, um professor digno e criterioso, mas os seus amigos, pretendendo fazê-lo passar à história como cientista, fizeram-lhe verdadeira maldade, pois a sua obra, neste particular, é um monumento de asneiras [...] a melhor homenagem que se pode prestar às qualidades do cidadão comum Nina Rodrigues é fazer silêncio a respeito de sua obra. (RAMOS, 1979, p.54).

Durante sua trajetória, Guerreiro Ramos promoveu uma particularíssima fusão de erudição, preocupação metodológica, engajamento e humor cáustico, valorizando o estilo e o efeito sem sacrificar a profundidade – e sacrificando os adversários, talvez mesmo a ética, para manter a blague.

Embora nutrisse uma crítica admiração pela corrente autonomista, identificava-se com a terceira corrente, cujo amadurecimento se corporificava, segundo ele, no trabalho do TEN (Teatro Experimental do Negro)⁸. No TEN, Guerreiro Ramos ajudou a fun-

⁷ Embora um tanto relegado, esse tipo de análise tem representantes recentes – malgrado as distintas abordagens – em Moura (1988) e Saes (1985).

⁸ Fundado em 1944, o TEN tinha como referência a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e, entre outras atividades, patrocinou as Convenções Nacionais do Negro (nas cidades de São Paulo, em 1944, e do Rio de Janeiro, em 1947), a Conferência Nacional do Negro (Rio de Janeiro, em 1949) e o Congresso do Negro Brasileiro (Rio de Janeiro, em 1950); além disso, editava o jornal *Quilombo* (dirigido por Abdias Nascimento), enaltecia a participação social do negro e promovia grupos de terapia e encontros tanto irreverentes quanto contestadores: concursos de beleza entre negros, artes plásticas cujos símbolos eram negros (às vezes em substituição aos arquétipos brancos), etc. Para uma visão do teatro negro e suas propostas, ver Fernandes (1972), Guimarães (2002) e Nascimento, E. (2003) e Semog e Nascimento, A. (2006).

dar (em 1949) o Museu do Negro e o Instituto Nacional do Negro,⁹ bem como promover (juntamente com Abdias Nascimento e Edison Carneiro) o Congresso do Negro Brasileiro e a Conferência Nacional do Negro. Instalou também, no Instituto Nacional do Negro, o Seminário de Grupoterapia, no qual realizou experiências de psicodrama e sociodrama com vistas a dirimir os efeitos do preconceito de cor.

Liderado por Abdias Nascimento, o TEN representava, segundo Guerreiro Ramos,

[...] uma reação de intelectuais negros e mulatos que, em resumo, tem três objetivos fundamentais: 1) *formular categorias, métodos e processos científicos* destinados ao tratamento do problema racial, no Brasil; 2) *reeducar os 'brancos' brasileiros*, libertando-os de critérios exógenos de comportamento; 3) e *'descomplexificar' os negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento* no país. (RAMOS, 1979, p.67, grifo nosso).

O TEN buscava a integração social do negro numa posição não-subalterna, Abdias Nascimento – por ocasião do I Congresso Negro – assinala que o movimento pretendia indagar quais os meios de que poderia lançar mão para organizar associações e instituições que pudessem “oferecer oportunidades para a gente de cor se elevar na sociedade”, já que existiria no Brasil “uma elite de cor capaz de infundir confiança às classes dominantes”, cujo movimento não seria um mero “diversionismo”, não visaria “objetivos pitorescos” e nem se caracterizaria “[...] por aquela irresponsabilidade que infelizmente tem prejudicado a maioria das iniciativas dos negros no Brasil.” (RAMOS, 1979, p.67)¹⁰. Já Guerreiro Ramos afirma em documento escrito em 1949 (*Relações de raça no Brasil*): “É necessário instalarem-se na sociedade brasileira mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição aos elementos da massa de cor que se adestrarem nos estilos das classes dominantes.” (RAMOS apud RAMOS, 1979, p.68).

⁹ Órgão do TEN encarregado da “pesquisa sociológica”, cuja diretoria Guerreiro Ramos assumiu (SOUZA, 2000, p.39).

¹⁰ Em editorial (“Nós”) no primeiro número de *Quilombo*, afirmava: “Nós recusamos o ‘gheto’, a linha de cor [...] Nada temos com partidos, nem os chamados democráticos, nem de direita, nem de esquerda – que sempre exploram o negro eleitoralmente (Edison Carneiro). Muito menos advogamos uma política negra, mas sim uma vontade negra de ser brasileiros com as mesmas responsabilidades de todos os brasileiros.” (NASCIMENTO, A., 2003b, p.24).

Em 1948, em conferência promovida pelo TEN no auditório do Ministério da Educação¹¹, em homenagem a Georg S. Schuyler (jornalista que fazia reportagens no Brasil para o *Pittsburgh Courier*, órgão da imprensa negra estadunidense), Guerreiro Ramos anunciou algumas “teses” sobre a situação do negro: 1) o problema do negro não é uniforme no Brasil, varia conforme a região, meio (rural ou urbano) e classe social, de tal modo que haveria assim uma “psicologia diferencial do negro brasileiro”; 2) a expressão “preconceito racial” não deveria ser usada no caso brasileiro, pois haveria preconceito racial em relação a quase todos os estrangeiros, o correto seria referir-se a “preconceito ou discriminação de cor”¹²; 3) não haveria no Brasil linha de casta, o homem de cor (negro) assimilaria os padrões de cultura da classe dominante e, quando o faria, seria tratado de maneira “frontal” (em relações sociais horizontais), embora houvesse certa tendência do homem branco a evitar relações frontais com negros em “situações ornamentais ou de acepção estética (diplomacia, salões elegantes, casamentos, Escolas Militares etc.)”; 4) o homem de cor das classes inferiores manifestaria forte ressentimento contra o homem de cor de elevada categoria social, o que deveria ser depurado por “métodos de sociologia psicodinâmica”; 5) o homem de cor brasileiro não seria um “híbrido cultural, um ambivalente, hesitante entre duas heranças”, e sim prestaria lealdade à cultura da classe dominante, sendo assim, ele próprio consideraria “pitorescos” os traços das culturas africanas; 6) já o mestiço brasileiro ver-se-ia da perspectiva do branco, tendendo a disfarçar as marcas raciais; 7) o que se entenderia por cultura negra no Brasil, para “desespero dos sociólogos e antropólogos”, existiria ao nível do exótico, sendo instrumentalizada por “mulatos ladinos numa espécie de indústria turística do pitoresco”; 8) o mestiço brasileiro seria um “ansioso” (conforme a definição de Max Scheler), para ele “ser mais, valer mais” – em comparação

¹¹ Publicada originalmente como “Contactos raciais no Brasil”, em *Quilombo* n.1, p.8, dez. 1948.

¹² O autor assinala a incorreção do termo “preconceito racial” quando relacionado à condição do negro no Brasil, paradoxalmente, ele – ao menos até a metade dos anos 1950 – refere-se a “contatos raciais”, “relações de raça”, “democracia racial”, etc. Embora passe – a partir dali – a evitar tais termos, provavelmente referia-se à sua crença momentânea no fato de haver uma questão “racial” (no sentido de como era interpretada por outrem) e mesmo relações de raça no Brasil, quando compreendesse outras “raças” presentes na sociedade brasileira. Entretanto, o negro nativo não constituiria uma outra raça, seria tão brasileiro e nacional quanto o branco, daí o preconceito ser de cor e não racial. Difícilmente se pode deprender na obra do autor – como em grande parte das menções de variados autores – o que entende conceitualmente por “raça”, dado o descrédito quanto a uma definição científica do termo. Aparentemente, seu entendimento de “raça” estava norteado pela atribuição social de características ‘biológicas’ (aparência física) e culturais (nacionais).

com outros – seria mais importante que sua condição objetiva; 9) o padrão estético da população brasileira seria o branco, os negros e os mulatos prefeririam casar-se com pessoas mais claras (RAMOS, 2003c, p.26)¹³.

Na esteira dessas conclusões, ele organiza no Instituto Nacional do Negro – inspirado nas idéias do médico e sociólogo austríaco Jacob L. Moreno, criador da sociometria – o Seminário de Grupoterapia (RAMOS, 2003a, 2003f), visando por meio do psicodrama (RAMOS, 2003d) e do sociodrama (RAMOS, 2003e) promover a “catarse” dos componentes patológicos do comportamento de brancos e negros, purgar os indivíduos de “conservas culturais” que propiciariam o preconceito e exorcizar a “heteronomia” das condutas, aparelhando-os à socialização de modo horizontal e à aceitação das diferenças sociais.

Tais componentes “patológicos” estariam socialmente difundidos e, logo, presentes também no comportamento dos indivíduos cientificamente treinados (sociólogos e antropólogos) para estudar a questão da discriminação e do preconceito. Sugere Guerreiro Ramos que os estudiosos deveriam se afastar dos falsos problemas e tematizar as “verdadeiras” questões, vez que algo seria o “negro-tema” e, outro, distinto, o “negro-vida”:

O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora, como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje. (RAMOS, 1957, p.171).

Ao inverter o ângulo de abordagem da questão, Guerreiro Ramos assevera que o “problema” do negro no Brasil – da forma como estava posto – seria, na verdade, uma manifestação da “patologia social do ‘branco’ brasileiro”,¹⁴ isto é, uma persistente desvalorização social e estética do negro, elaborada por uma minoria de “‘brancos’ letrados”, que proviria do tempo em que os negros estavam numa condição social expressamente inferior; a permanência dessa mentalidade num outro contexto, desse anacronismo – que relegaria as mudanças na sociedade e desfigura-

¹³ Guerreiro Ramos sabia exatamente o que falava, um ano antes – a 31 de maio de 1947 – havia se casado com Clélia Calasans de Paula, bela moça branca da classe média carioca.

¹⁴ Para o autor, “branco” é uma definição genérica, comum, vulgar, já que no Brasil vigoraria o mestiço, sendo poucos os brancos que não seriam frutos de miscigenação (RAMOS, 1979, p.180, grifos do autor).

ria o tipo “normal” – denotaria tal patologia. O preconceito de cor seria assim, praticamente, um fenômeno residual, cuja influência seria ainda sentida, mesmo depois de ultrapassadas determinadas relações anteriormente presentes na estrutura social, e, mais ainda, na maioria dos estudos, o preconceito seria não somente objeto, mas também *elemento* das análises: o estudioso despreparado negligenciaria o real motivo do preconceito e, não bastasse, reiteraria o próprio preconceito.

Superar definitivamente essa situação, para o analista que se defrontasse com o problema, passaria pelo procedimento fenomenológico de praticar “um ato de suspensão da brancura”, a fim de mostrar a precariedade dessa concepção de “branco” e por em relevo a “alienação estética do negro” numa sociedade miscigenada e europeizada como a brasileira (RAMOS, 1957, p.194). Em termos de sociabilidade, passaria também pela afirmação da negritude; parodiando Nietzsche, assevera:

A negritude não é um fermento de ódio. Não é um cisma. É uma subjetividade. Uma vivência. Um elemento passional que se acha inserido nas categorias clássicas da sociedade brasileira e que as enriquece de substância humana. Humana, demasiadamente humana é a cultura brasileira, por isto que, sem desintegrar-se, absorve as idiosincrasias espirituais, as mais variadas. E até compõe com elas a sua vocação ecumênica, a sua índole compreensiva e tolerante. A cultura brasileira é, assim, essencialmente católica, no sentido de que nada do que é humano lhe é estranho. (RAMOS, 2003b, p.117).¹⁵

Cumpriria ao indivíduo (e também ao estudioso) negro assumir essa subjetividade, afirmar o *niger sum*, isto é, a consciência de que:

Sou negro, identifico como *meu* o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo a sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica com um dos suportes do meu orgulho pessoal – eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil. (RAMOS, 1979, p.62).¹⁶

¹⁵ Publicado originalmente em *Quilombo* n.10, p.11, jun./jul. 1950 (“Apresentação da negritude”).

¹⁶ Influenciada pelas lutas nacionais dos africanos (especialmente, contra a colonização francesa) a afirmação do negro por meio da *negritude*, do orgulho da diferença como negatividade, como “racismo anti-racista”, já havia sido feita por Sartre (1960). Em seu *Orfeu negro*, a negritude “é o ser-no-mundo do negro”, a consciência de si do negro, que dialética e momentaneamente negaria o outro para afirmar-

Guerreiro Ramos e o TEN também postulavam uma “democracia racial” para o país, entretanto, não simplesmente como fato existente, dado da realidade brasileira, mas sobretudo como reivindicação, como projeto de integração nacional. “O Brasil deve assumir no mundo a liderança da política de democracia racial. Porque é o único país do orbe que oferece uma solução satisfatória do problema racial.” (RAMOS, 2003b, p.117). E mais: “[...] o Brasil é uma comunidade nacional onde têm vigência os mais avançados padrões de democracia racial, apesar da sobrevivência, entre nós, de alguns restos de discriminação.” (RAMOS, 1957, p.201)¹⁷.

Guerreiro Ramos, utilizando-se dessa perspectiva, busca re-
por a questão do preconceito em novas bases:

[...] o problema do negro no Brasil é essencialmente psicológico e secundariamente econômico. Explico-me. Desde que se define o negro como um ingrediente normal da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar de um problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas e do pauperismo. *O negro é povo, no Brasil*. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente. *O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional*. A condição do negro no Brasil só é sociologicamente problemática em decorrência da alienação estética do próprio negro e da hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu [...] À luz da sociologia científica, a sociologia do negro no Brasil é, ela mesma, um problema, um engano a desfazer – o que só poderá ser conseguido através de um trabalho de crítica e de autocritica. (RAMOS, 1979, p.63, grifo nosso).

Valor e ciência, pertencimento e objetividade, em vez de se excluírem, ou se perturbarem, complementam-se: a aceitação e o orgulho da condição seriam facilitadores da análise, expedientes

se. Cabe mencionar que uma das primeiras traduções do texto de Sartre (em resumo) foi elaborada por Ironides Rodrigues nas páginas do n.5 do jornal *Quilombo*, em 1950 (SARTRE, 2003).

¹⁷ Uma análise da gênese do termo “democracia racial” está em Guimarães (2002). Curiosamente, esse autor afirma que, embora atribuída a Gilberto Freyre, a expressão teria tido sua origem num relato de Roger Bastide que, juntamente com Florestan Fernandes, daria saída às críticas sobre a concepção. Freyre teria se referido raras vezes à “democracia social” e “étnica”.

que propiciariam uma visão mais lúcida da questão em todos os seus matizes e uma perspectiva adequada, senão privilegiada, a um entendimento inequívoco. Segundo Joel Rufino dos Santos (1995, p.28, grifo do autor):

Para Guerreiro Ramos, pois, negro não é uma raça, nem exatamente uma condição fenotípica, mas um topo lógico, instituído simultaneamente pela cor, pela cultura popular nacional, pela consciência da negritude como valor e pela estética social negra. Um indivíduo preto de qualquer classe, como também um mulato intelectual ou um branco nacionalista (por exemplo) podem ocupar esse lugar e dele, finalmente, visualizar o *verdadeiro* Brasil [...] Enquanto a sociologia modernizante busca, num trabalho de Sísifo, descrever o lugar do negro na sociedade brasileira, o sociólogo *populista* Guerreiro Ramos descobriu que o negro ele próprio é um lugar de onde descrever o Brasil. Penso ser essa idéia – o negro como lugar – a mais original contribuição de Guerreiro Ramos à compreensão do dilema nacional.

Por outro lado, Guerreiro Ramos afirma também que “[...] os problemas ‘antropológicos’, do índio e do negro, são aspectos particulares do problema nacional, *de caráter eminentemente econômico e político* [...]”, o que aparentemente é uma contradição, mas justificável pela interpretação de que: “Nossos problemas culturais, no sentido antropológico, são particulares e dependentes da fase de desenvolvimento econômico do Brasil. A mudança faseológica de nossa estrutura automaticamente solucionará tais problemas.” (RAMOS, 1979, p.41, grifos nossos). Ou seja, os problemas “psicológicos” são, em última instância, expressão de dada fase cultural (e seus aspectos econômicos, sociais e políticos) em que o país se encontraria. A influência dos países centrais levaria à submissão cultural e estética que propiciaria a promoção de valores estéticos estranhos à realidade nacional, importados, daí superfetação do “branco” e a depreciação e alienação do negro. Ora, também o preconceito – por meio da “hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu” – teria como componente o alheamento da realidade brasileira, ou seja, seria outra faceta da importação de idéias e imitação de condutas.

Excluído do rol dos pesquisadores envolvidos, Guerreiro Ramos, ainda que lhes reconheça o cuidado técnico, critica os trabalhos sobre o negro compreendidos nos estudos sobre relações

raciais feitos na década de 1950 por encomenda da UNESCO, insurgindo-se particularmente contra os de Costa Pinto.¹⁸

Costa Pinto e Guerreiro Ramos, na mesma década de 1950, promoveram uma polêmica – em livros e em artigos na imprensa carioca – sobre a referida “questão do negro”¹⁹. Um balanço dessa querela foi feito por Marcos Chor Maio (1996, p.10), segundo o qual, “[...] a agenda política de Guerreiro seria composta pelos seguintes tópicos: a afirmação da singularidade dos negros com a eliminação dos recalques advindos do passado, ascensão social e econômica e constituição de uma *intelligentzia*.” Já Costa Pinto, criticando Guerreiro Ramos e o TEN, diagnosticava – segundo Maio (1996, p.15) – que “[...] a modernização capitalista gerava um processo de diferenciação interna entre os negros, com o surgimento de uma pequena classe média, constituída de intelectuais, formando assim uma elite negra”, que – nas palavras de Costa Pinto – buscava “se identificar com os padrões de comportamento das classes dominantes”, sendo uma “legítima expressão da pequena burguesia intelectualizada e pigmentada” (PINTO apud MAIO, 1996, p.15)²⁰.

¹⁸ O projeto de estudo das relações raciais no Brasil foi concebido em 1949 por Arthur Ramos e viabilizado, em 1950, pelo Departamento de Ciências Sociais da UNESCO e pela figura de Alfred Métraux. Do projeto original, constavam Costa Pinto, no Rio de Janeiro, Thales Azevedo, na Bahia, e René Ribeiro Costa, no Nordeste (PINTO, 1978); paralelamente, integraram-se Edison Carneiro, na Amazônia, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, no Sul, e Florestan Fernandes e Roger Bastide, em São Paulo – o resultado do trabalho desses últimos (Fernandes e Bastide) foi publicado em 1955 (*Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*), e depois em 1959 (*Branços e negros em São Paulo*). Além desses, participaram: Charles Wagley, Oracy Nogueira e outros. Alguns escritos foram reunidos e editados sob direção de Charles Wagley (*Races et classes dans le Brésil rural*), outros constituíram obras independentes. Na Universidade de São Paulo, o projeto teve alguma continuidade na Cadeira de Sociologia I, sob direção de Florestan Fernandes e contando com Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim – ver Massi (1989) e Schwarcz (1999). Resenhas de como os intelectuais e cientistas viam a questão racial no final do séc. XIX e início do XX estão em Schwarcz (1999) e Skidmore (1976).

Já Costa Pinto (1998), autor de *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, de 1953 é qualificado por Guerreiro Ramos como autor de “grosseiro plágio” (RAMOS, 1979, p.61, nota 19), sem maiores explicações – provavelmente se referia a *Lutas de família no Brasil*, publicado em livro por Costa Pinto em 1946 e que seria uma cópia de um original francês, talvez do livro de Jacques Lambert (professor de C. Pinto na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro) *La vengeance privée et les fondements du droit public international*. Guerreiro ainda fustiga: “Os estudos sobre o negro no Brasil sob o patrocínio da Unesco foram realizados dentro do melhor padrão técnico, com exceção do que se refere ao negro no Rio de Janeiro que foi confiado a Luiz Aguiar da Costa Pinto, cidadão sem qualificações morais e científicas. Este carreirista, *doublé* de sociólogo.” (RAMOS, 1957, p.154, nota 19). Os ataques – explícitos da parte de Guerreiro e implícitos da parte de Costa Pinto – suceder-se-ão. Aparentemente, um dos motivos seria a perda (por parte de Guerreiro) da Cadeira de Sociologia na Universidade do Brasil para o outro (BARIANI, 2003).

¹⁹ Também naquele período do final dos anos 1940 até o final da década de 1950, Costa Pinto polemizou com Emilio Willems e Florestan Fernandes, tecendo duras críticas à sociologia “acadêmica” – para uma consideração preliminar do debate, ver Bariani (2003).

²⁰ Os trechos de autoria de Luiz de Aguiar Costa Pinto aqui citados – e provenientes do trabalho de Maio (1996) – são de *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança* (1953). Sobre a obra de Costa Pinto, ver Maio e Villas Boas (1999).

Se para Guerreiro (e o TEN) havia uma “patologia social do ‘branco’ brasileiro” e uma “ideologia da brancura”, para Costa Pinto...

[...] do mesmo modo que se pode aqui mais uma vez repetir que não há um problema do *negro* – pois o problema é o branco que tem sobre o negro falsas idéias e age de acordo com essas idéias falsas – também se poderia dizer, inversamente que a idéia da negritude não é negra – é branca, é o reflexo invertido, na cabeça de negros, da idéia que os brancos fazem sobre ele, é o resultado da tomada de consciência (também em termos falsos, diga-se de passagem) da resistência que o branco faz à ascensão social do negro. É, em suma, um racismo às avessas. (PINTO apud MAIO, 1996, p.16)..

À análise existencial-psicológica (de fundo social-culturalista) e a *intelligentzia* negra – elitizada, intelectualizada e sedenta de aceitação social por parte da elite brasileira – Costa Pinto opõe a mudança social e o potencial transformador do negro proletário, portador de uma consciência e atitude diferenciadas, que deveria transformar-se de “negro em si” em “negro para si”²¹.

Por seu turno, Guerreiro Ramos valoriza a condição do negro como sujeito (autônomo e responsável por seu destino social) e uma visão dinâmica da questão, todavia, o processo de integração fica subsumido aos anseios de reconhecimento de uma elite negra e as contradições sociais desse processo ofuscadas.

As referências dão conta de que não havia mais somente “o” negro. Os brutais elementos de desigualdade e de diferenciação social presentes no processo de modernização capitalista no Brasil já faziam, entre os próprios negros (e entre os sociólogos e suas visões), distinções.

Significativamente, Guerreiro Ramos – segundo relato de Abdias Nascimento (2003a) – teria passado, entre 1942 e 1945, “pela maior crise intelectual e espiritual de sua vida”: marginalizado, sem reconhecimento acadêmico, relegado pela universidade, “exilado” no Rio de Janeiro, escorando-se no serviço público para sobreviver... Não obstante, ingressa no TEN e passa a ocupar-se com a militância no movimento negro, ao qual se dedicará intensamente até meados dos anos 1950, não fortuitamente, quando ingressa na Assessoria de Vargas, na Escola Brasileira de Ad-

²¹ Sartre (1960, p.149), de certo modo, já havia insinuado os termos da controvérsia entre Guerreiro Ramos e Costa Pinto ao afirmar: “O que acontecerá se o negro despojando sua negritude em proveito da Revolução não quiser considerar-se senão como proletário? O que acontecerá se não se deixar mais definir senão por sua condição objetiva?”.

ministração Pública da Fundação Getúlio Vargas, no Grupo de Itatiaia, IBESP e ISEB. Assim, no final dos anos 1950, a questão do negro não será mais objeto de sistemática atenção por parte do autor.

Ao menos pessoalmente, Guerreiro Ramos comprovava suas teses: se a afirmação da negritude resgatou sua auto-estima, sua autoconfiança e capacidade de assunção de seu “destino social”, de outro modo, ao ver-se aceito e “adestrado” na cultura da classe dominante, desfrutando de relações “frontais” com a elite “branca”, afastou-se da questão do negro, só vindo a mencioná-la novamente em 1981 – em entrevista (OLIVEIRA, L., 1995, p.174) pouco antes de sua morte – para queixar-se do país e da falta de reconhecimento de sua importância como sociólogo, devido à sua condição de cor; nessa ocasião, assume-se então como “mulato”, como figura social “limite”: “[...] eu já sou entre os dois [...] Preto não confia em mim, branco não confia em mim. E mulato, você sabe, desconfia de mulato, porque mulato é malandro. Veja a minha situação como é.”

Ao final da vida, solitário, sem desfrutar do reconhecimento do qual se achava merecedor, Guerreiro Ramos isola-se no que acreditava ser o papel-limite na sociedade brasileira – o mulato, desajustado, não-integrado, em suas palavras “*in between*” (expressão provavelmente tomada a Eric Voegelin). Sentindo-se “de cor”, mas incompreendido por brancos e negros, apela a uma situação psicológica singular, intermediária, inconciliável.²²

Daí a lacuna em seu entendimento da questão: não era suficiente se aceitar como negro e se habilitar na “cultura dominante” para ser aceito pela elite brasileira, foi preciso que ele se sentisse aceito pela elite – nas condições ditadas por ela – para esquivar-se do preconceito; nessas condições, a áurea da negritude tornava-se a benção do branqueamento: podia aceitar-se como negro, pois já desfrutava de uma posição “de branco”.

Ao definir de modo original – segundo Santos (1995) – “o negro como lugar”, Guerreiro Ramos não atentou devidamente para a aversão (dissimulada) da elite brasileira ao “trânsfuga de cor” e ao fato de essa elite indicar claramente qual deveria ser

²² É notável a semelhança, resguardados os contextos, com Joe Christmas, personagem de William Faulkner (1983) em *Luz em agosto*. Homem comum, sem prestígio, Christmas – acreditando ter “sangue negro” – torna-se esquivo, desconfiado e mesmo revoltado, atribuindo suas desgraças à sua condição de cor, mesmo quando não é reconhecido como negro ou mestiço. A propósito foi – segundo o próprio Guerreiro – “paradoxalmente” nos EUA que se sentiu aceito e respeitado: “[...] os EUA são um paraíso para mim! Paz, estabilidade, respeito, poder [...] Eu tenho uma casa enorme, um palácio [...] Tenho uma datilógrafa, telefone, computador, o diabo.” (OLIVEIRA, L., 1995, p.176).

esse lugar, mais ainda, de indicar que os ritos de passagem compreendiam necessariamente a abdicação da negritude, o “descoloramento”. Ser – precariamente – aceito ou tolerado implicava “reconhecer-se” como socialmente dócil e inferior; se postulante ao convívio deveria – além de apresentar como moeda requisitos econômicos, políticos e culturais – renunciar publicamente ao orgulho de ser negro, “limpar-se” de corpo e alma, assumir sua “brancura de alma”.

Faltava a Guerreiro Ramos a compreensão de que o êxito na assunção de sua subjetividade (individual) estava definitivamente atrelado à situação do negro em geral (e o pobre em particular) na sociedade, não era possível escapar ao estigma da cor enquanto o contingente “de cor” fosse estigmatizado. Assim, ao longo de sua trajetória – entre idas e vindas, ascensões e quedas, reconhecimento (parcial) e marginalização, êxito e preconceito – Guerreiro Ramos via sua situação oscilar entre a condição de par e de pária. O negro de classe média não atentava para a sutileza do preconceito e cria que sua posição de classe, *status* e aparelhamento cultural seriam suas senhas de passagem para uma integração plena e cidadã na sociedade brasileira²³. As pretensões de participação política tinham correspondência nas de democratização social. A conquista da reivindicação do negro como povo (brasileiro) não o elevava à condição de igual e o mito da comunidade nacional exibia suas fissuras e contradições não só no terreno dos interesses antagônicos da estrutura de classes, a cor continuava a ser um estigma dentro das próprias classes sociais, uma vez que estas mesmas classes é que definiam socialmente a posição dos indivíduos na sociedade brasileira. Mais uma vicissitude da evolução do capitalismo no Brasil, a distinção de classe e o estigma de cor imbricavam-se, criando novas e diferentes barreiras à integração do negro.

A trajetória de Guerreiro Ramos (o processo tenso de sua vida e obra), bem como as críticas de Costa Pinto, desde aqueles anos 1950, fornecem subsídios para considerar a ainda premente questão do preconceito de cor no Brasil. À maneira da modernização capitalista no Brasil, as tentativas de equacionamento da questão avançam atualmente de modo atribulado, antes perseguindo os “atalhos” para sua “resolução” que considerando de modo amplo e complexo as vicissitudes do preconceito e suas

²³ Significativamente, ele menciona que sua ficha na comissão de inquérito elaborada pelos militares, quando de sua cassação como deputado e sujeito político, o definia como “Alberto Guerreiro Ramos: mulato, metido a sociólogo.” (OLIVEIRA, L., 1995, p.162).

eventuais causas. Da criminalização da discriminação passou-se à aplicação de cotas “raciais”, sem antes proceder a uma profunda reflexão sobre o que são, se podem e como podem ser assimiladas na realidade brasileira as chamadas “políticas afirmativas”. Administrou-se a solução sem considerar detidamente os males e sua origem, daí a predominância atual de uma visão racista da questão.

Nesse processo, parte da militância social (assim como demagogos e caronistas) vislumbrou no acesso a bens sociais (mormente culturais) a “saída” para o problema. As anteriores reivindicações de integração deram lugar à lógica do interesse, quase sempre localizado, que assume até cinicamente que, frente à derrota da “democracia racial” e a derrocada do sonho da integração plena, a inclusão seletiva e a busca pessoal de prestígio e ascensão social ganharam legitimidade. Na desigual, injusta e pouco democrática sociedade brasileira, com sua modernização acidentada, a lógica do interesse individual toma corpo na defesa do privilégio, usando a questão de cor para perpetuar a distinção social entre os próprios negros e suas possibilidades de acesso a bens escassos, agora praticamente monopolizados pelos indivíduos negros de classe média.

Em campos antagônicos naqueles anos 1950, Costa Pinto e Guerreiro Ramos estariam hoje, malgrado os contextos distintos, ambos marginalizados do debate sobre o preconceito. Se para Costa Pinto era necessário desvendar os interesses sociais (de classe) imersos nas reivindicações, desmistificar o discurso racial pequeno-burguês e considerar as propostas de eliminação do preconceito em articulação com os anseios de libertação das classes dominadas, para Guerreiro Ramos, os anseios de democracia racial, inserção cultural e superação da alienação estética passavam pela eliminação do ressentimento, seja entre negros e “brancos”, seja entre os negros de classe média e os socialmente inferiorizados. Entretanto, tais anseios de integração plena, qualificada e democrática por meio da elucidação do complexo de dominação que sustenta o preconceito, perderam espaço e legitimidade em razão do avanço do interesse voraz de ascensão social que emergiu pelo discurso e prática do racismo, do ressentimento de seu “ovo de Colombo”, as cotas. À renúncia a transformação ampla e profunda, seguiu-se o casuísmo do interesse.

BARIANI, E. Niger Sum: Guerreiro Ramos, the 'problem' of the negro and the sociology of prejudice. *Perspectivas*, São Paulo, v.34, p. 193 - 211, July/Dec. 2008.

■ **ABSTRACT:** *The studies by Guerreiro Ramos about the condition of the negro in Brazil reconstitute the question in new bases, identifying its nucleus in the consequence of the social pathology of "white" Brazilian and also in the attitude of the scholars that would transform the negro-life into 'subject'. He considers then the assumption of the negritude and the social integration through cultural coaching, against which opposes Costa Pinto, when he affirms the superiority of the proletarian negro. However, both thinkers have been relegated by the racialism of the dominant speech in the present time.*

■ **KEYWORDS:** *Guerreiro Ramos. Costa Pinto. Sociology. Negro. Prejudice.*

Referências

ARRUDA, M. A. N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a "escola paulista". In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2, p.107-233.

BARIANI, E. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias* (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). 2003. 116f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

COSTA, E. V. O mito da democracia racial no Brasil. In: _____. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p. 365-384. (Biblioteca Básica).

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1979. 2v.

FAULKNER, W. *Luz em agosto*. Tradução de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. (Grandes Romances).

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MAIO, M. C. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20.,1996, Caxambu. *Anais...*Caxambu: ANPOCS, 1996

MAIO, M. C; VILLAS BÔAS, G. (Org.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

MASSI, F. P. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras; 1930-1960. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989. v. 1, p.411-459.

MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira: (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 4ª.ed. São Paulo: Ática, 1980.

MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988. (Fundamentos, 34).

NASCIMENTO, A. Cartaz: Guerreiro Ramos. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003a. p. 96.

_____. Nós. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003b. p. 19-24.

NASCIMENTO, E. L. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEIRA, A. C. F. A "sociologia do branco": o pensamento de Álvaro Bomilcar. *Trapézio*, Campinas, n.2, p.59-84, abr. 2002.

OLIVEIRA, L. L. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.

PINTO, L. A. C. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.

PINTO, L. A. C. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas do nosso tempo*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RAMOS, A. G. Apresentação do grupoterapia. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003a. p. 64.

_____. Apresentação da negritude. QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003b. p. 117.

_____. Contatos raciais no Brasil. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003c. p. 26.

_____. Teoria e prática do psicodrama. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003d. p. 76-77.

_____. Teoria e prática do sociodrama. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003e. p. 91.

_____. Uma experiência de grupoterapia (Arquivo). In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003f. p.53.

_____. O problema do negro na sociologia brasileira. In: SCHWARTZMAN, S. (Sel.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Seleção e introdução de Simon Schwartzman. Brasília: Ed. da UNB, 1979. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 6). p. 39-69.

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888–1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Estudos Brasileiros, 86).

SANTOS, J. R. O negro como lugar. In: RAMOS, A. G. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995. p.19-29.

SARTRE, J.-P. Orpheu negro (resumo). In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003. p. 64-5.

_____. *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo: Difel, 1960.

SCHWARCZ, L. K. M. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*: antropologia. São Paulo: Sumaré, 1999. v.1, p.267-326.

SCHWARTZMAN, S. (Sel.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Seleção e introdução de Simon Schwartzman. Brasília: Ed. da UNB, 1979. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 6).

SEMOG, É.; NASCIMENTO, A. *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sa Barbosa. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Estudos brasileiros, 9).

SOUZA, M. F. de. *A construção da concepção de desenvolvimento nacional no pensamento de Guerreiro Ramos*. 2000. 182f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

